

Tenho orgulho de ter pertencido, nos anos 90, à "gang dos nove" (acho que era assim que nos chamávamos), formada por três representantes de cada governo estadual - RJ, SP e MG - interessado no ressurgimento do CEIVAP. Tínhamos muitas expectativas. Diversas delas foram materializadas. Algumas com a ajuda da ANA durante a primeira gestão, quando eu era presidente. A mais importante talvez tenha sido a instituição da cobrança pelo uso do recurso hídrico. O CEIVAP foi pioneiro nesse campo. Lembro-me que havia dúvida entre os usuários se o recurso arrecadado voltaria ou não para a bacia. O assunto foi resolvido pela ministra Marina Silva que conseguiu mobilizar o Governo para aprovação da Lei que garante o não contingenciamento dos recursos arrecadados.

Todavia, transcorridos tantos anos, há expectativas que não foram ainda materializadas. Antevíamos que os comitês de bacias funcionariam como fóruns de discussão e de tomada de decisões para a aprovação do plano da bacia. O plano seria constituído por uma lista de "coisas a fazer" (estações de tratamento de esgoto, por exemplo), com a precisa identificação da correspondente fonte de recurso (cobrança pelo uso do recurso hídrico, por exemplo). Os integrantes dos comitês não precisariam ser hidrólogos, mas receberiam treinamento para compreender os conceitos básicos de gestão dos recursos hídricos. Da mesma forma que um membro do conselho de administração de uma grande empresa não precisa ser contador, mas tem que saber ler um balanço.

Como nos últimos anos não tenho frequentado comitês de bacia, talvez tenha uma visão distorcida do que ocorre hoje. Mas, enquanto ainda participava, observei que se gastava mais tempo discutindo "quem manda", do que "o que fazer", "como fazer" e "quem paga". Se ainda for assim, já é tempo de mudar. Uma boa inflexão seria focar atenção na implementação dos sistemas de outorga e cobrança, a cargo das entidades gestoras de recursos hídricos.